

ENTREVISTA DA PROFESSORA NORMA SELTZER GOLDSTEIN*

À LINHA D'ÁGUA

Linha D'Água (LD) - Sua posição como professora experiente, autora de livros didáticos e de obras que auxiliam o professor em suas práticas diárias certamente lhe permite uma análise diferenciada das questões relacionadas ao ensino de Língua Portuguesa. Assim, vamos direcionar nossas questões nesse sentido. Começemos pelas políticas públicas voltadas ao ensino de língua portuguesa. O que poderia nos dizer a esse respeito?

Norma Seltzer Goldstein (NG) - A meu ver, o maior problema nas políticas públicas com relação à educação – não só no ensino de língua materna, mas em todas as áreas do conhecimento - está na falta de continuidade. A cada governo, tudo parece começar de novo, do zero, como se fosse possível “jogar fora” o que foi feito pela administração precedente. Além do descaso geral com a área da educação – pela falta de verbas e de condições adequadas de trabalho -, a questão da “ruptura” e do reinício permanente agrava ainda mais os problemas do ensino. De certo modo, nos documentos oficiais – propostas curriculares e PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais)- o ensino é maravilhoso. Pena a falta de investimentos e de um processo contínuo não permitirem que esses documentos se aproximem da vida real. Todos sabem que há ilhas de excelência no ensino público de todo o país. Eu também. Quando digo “vida real” refiro-me à grande maioria das escolas, nas quais é preciso melhorar a qualidade de ensino.

LD - Como vê o papel das universidades no desenvolvimento de projetos dessa ordem?

NG - Apesar de algumas exceções, de modo geral a universidade se omite em relação a programas voltados para a melhoria do ensino de língua materna. Há poucos projetos nesse sentido, muito menos do que seriam necessários. É pena.

LD - Você esteve alguns anos como responsável pelas edições da Revista Linha D'Água, vinculada à APLL e à USP. Você poderia contar aos leitores como foi esse período?

NG - O lema da revista é “ensino de língua e literatura em debate”. Promover esse debate, em Encontros e por escrito foi uma atividade muito gratificante. Apesar de a tiragem da publicação não ser grande, seus leitores formam uma categoria interessada no próprio aperfeiçoamento, um público curioso e questionador. Os contatos entre editores e leitores enriquecem os interlocutores.

LD - Grande parte de sua produção na Universidade de São Paulo e de sua atuação em diversos projetos, como os da CENP, da Fundação Vitae entre outros, tiveram por

* Professora Doutora de Língua Portuguesa, no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas – FFLCH/USP.

preocupação o ensino de língua portuguesa. Você poderia relatar um pouco sobre esses trabalhos?

NG - Na CENP (Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas), no final dos anos 80 do século passado, fui uma das divulgadoras da *Proposta Curricular de Língua Portuguesa* para o primeiro grau, equivalente ao atual ensino fundamental. Visitei diferentes regiões do Estado de São Paulo, para discutir o documento e questionar com os colegas daquela DRE (Divisão Regional de Ensino): como passar da teoria para a prática? Como aplicar isso?

Simultaneamente, a CENP se ocupava da formação dos “monitores” de cada disciplina que atuavam como multiplicadores.

Na FDE, em 1993, coordenei um projeto anual voltado para esses mesmos profissionais, com a colaboração de colegas da USP e de outras universidades. Além dos cursos teóricos – publicados no volume *Diário de Classe 3: Língua Portuguesa* que ainda hoje se encontra à venda na FDE e em livrarias- também havia atividades práticas que retomavam a “eterna” questão: como aplicar toda essa teoria, em sala de aula? Os participantes desenvolviam projetos na sua região e traziam resultados para discutirmos em grupo. Ao final do ano, cada um deles elaborou um plano anual para sua D.R.E. Resta saber se, com a troca de governo estadual, no ano seguinte, algum desses projetos pôde ser aplicado.

O projeto VITAE, coordenado pelas colegas Lígia Corrêa Dias de Moraes e Irenilde Pereira dos Santos, destinava-se a docentes de ensino médio e magistério. Colaborei nesses cursos, entre 1994 e 1996.

Nesses projetos e em muitos outros, procuro “fazer a ponte” entre a teoria e a prática. Por um lado, deve-se conhecer (e divulgar) teorias que fundamentem a atuação do professor. É preciso ler, estudar e aprender, permanentemente. Por outro lado, é necessário ter os pés no chão e saber selecionar quais pontos teóricos podem apoiar o trabalho no ensino fundamental e médio, em função da realidade de cada escola. É fundamental observar e compreender essa realidade.

LD - Algumas de suas publicações privilegiam a produção de leitura. A internet tem interferido nesse processo no que diz respeito aos hábitos de leitura?

NG - Creio que a internet e o correio eletrônico agilizaram muito a comunicação entre as pessoas. Não vejo nesse recurso a possibilidade de interferência no hábito de leitura. Mas não sou especialista no assunto. Há pesquisas a respeito, algumas já apresentadas em Congressos. Com o tempo, teremos essas questões respondidas e mapeadas pelos que se dedicam a estudá-las. Em qualquer época, um professor apaixonado por livros passará essa paixão a seus alunos. Se ele gostar de outra atividade, será difícil “convencer” seu aluno de que ler pode se tornar uma atividade prazerosa.

LD - Ainda nesse sentido, os cursos de capacitação propostos, como, por exemplo, o PEC, podem minimizar as questões relacionadas ao ensino de língua materna? Os resultados do SARESP, do ENEM refletem esses cursos de capacitação?

NG - Todo programa de educação continuada terá bons resultados se fizer jus ao nome, isto é, se durar um determinado tempo, mantendo os mesmos princípios. Os que estão em andamento distribuem-se por várias instituições que se responsabilizam por eles, regionalmente. Nem todos ocorrem da mesma forma, portanto. Mesmo assim, acredito que os resultados são positivos. No meu entender, a formação profissional deveria ser um processo permanente, para todos os profissionais de todas as áreas do conhecimento, em todos os

níveis. Obter um diploma é apenas uma etapa desse processo. Com relação ao PEC, devo dizer que os textos teóricos de apoio são de alta qualidade e, em geral, os cursos e as avaliações são criteriosos.

Quanto aos instrumentos de avaliação, como SARESP E ENEM, também os considero positivos. Provavelmente haja falhas, mas isso pode ser aperfeiçoado, a cada ano. Além disso, a avaliação dos resultados permite redirecionar o processo educacional, no caso das instituições que tenham condição de fazer isso. Além de possibilitar o direcionamento de políticas educacionais, no caso de governos que desejem patrociná-las com seriedade e de modo contínuo.

LD - Você esteve como professora convidada na Escandinávia. Poderia nos contar sobre essa experiência?

NG - Lecionei Língua Portuguesa na Universidade de Oslo, durante um mês, em 1997, em função de um convênio entre aquela instituição e a Universidade de São Paulo. Foi uma experiência extraordinária. Os alunos falavam e liam muito bem a nossa língua, após dois anos de estudo. Eram assíduos, interessados e tinham do Brasil uma visão muito positiva. Procurei levá-los a se interessar também pela nossa cultura. Devo ter conseguido, pois um dos alunos me anunciou, no último dia de aula, que ele se casaria dali a um mês e que ele e a noiva tinham decidido passar a lua de mel no Brasil...

LD - Qual é seu projeto atual quanto ao ensino de língua materna e de literatura?

NG - No momento, a maioria de meus orientandos se concentra na área de Lingüística Aplicada, ou seja, minhas leituras e reflexões são sempre centradas no ensino de língua materna. Também sou coordenadora e co-autora do material didático de Língua Portuguesa de um projeto construtivista que se estende por várias regiões do país: Pueri Domus Escolas Associadas. Além desse material, atuo em cursos de formação, em alguns projetos. Um deles, patrocinado pelo UNIFIEO, Centro Universitário de Osasco, em convênio com a Secretaria Municipal de Educação daquele município resultou na organização de uma publicação coletiva, em 2003: *Atividades de leitura na sala de aula* [Osasco, Edifio], com roteiros de aulas de leitura para diversos níveis de ensino.

LD - Podemos dizer que hoje o professor faz uso mais adequado do livro didático no ensino fundamental e médio?

NG - Hoje, como em todas as épocas, o livro didático deve funcionar como um instrumento nas mãos do professor, dentre muitos outros. Associando seus conhecimentos à observação da realidade em que atua, os professores terão condições de fazer de qualquer instrumento um uso útil e eficiente. Ao invés disso, se considerarem um manual como um “decálogo” infalível, possivelmente haverá problemas. A realidade escolar brasileira é muito diversificada, dificilmente uma questão pode ter o mesmo enfoque nas diferentes escolas do país, do estado ou da cidade. Assim, todo material didático é limitado e pode funcionar melhor ou pior, dependendo do modo como for utilizado.

LD - O que pensa a respeito da formação do professor de Língua Materna e dos cursos de Letras atualmente?

NG - Os cursos de Letras são apenas parte dessa formação. O aluno de Letras, assim como os já licenciados, têm de estar conscientes de que sua formação deve prosseguir, enquanto atuarem profissionalmente. Eles também não devem se esquecer de um aspecto particular na nossa profissão: a interação com os alunos. Se houver diálogo – em qualquer nível de ensino-, a docência torna-se uma experiência enriquecedora que nos mantém atualizados e abertos a novas experiências. O aluno interessado nos motiva também a ampliar o repertório de leituras relativas às demais áreas do conhecimento.